



JOVENS FEMINISTAS: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NO FEMINISMO DO RIO DE JANEIRO 1

Julia Paiva Zanetti²

A década de 1960 é um período de efervescência de diferentes movimentos sociais, inclusive aqueles em defesa dos direitos dos grupos chamados de “minorias”. Esses movimentos ampliam o campo político, sendo capazes de transformar questões que, até então, eram consideradas individuais em questões coletivas. Mostram que, para além da exploração existente nas relações de trabalho, outras formas de opressão co-existem em nossa sociedade, como por exemplo, aquelas de sexo e raça (SANTOS, 2005).

Esse contexto é marcado pelas discussões sobre políticas de identidades, dentre elas a questão da mulher. As feministas, acusadas pelo consenso marxista ortodoxo por pretensamente desviarem a atenção da luta de classes, efetivamente possibilitaram mudanças nas condições de vida de muitas cidadãs, e também de vários cidadãos, demonstrando a opressão sofrida pelas mulheres, questionando os papéis sociais atribuídos ao feminino e ao masculino e legitimando-se enquanto movimento social.

Internamente, entretanto, percebe-se que as experiências validadas e generalizadas eram aquelas das mulheres brancas, de classe média e heterossexuais. Assim, por pressão das mulheres fora desse perfil, inicia-se um processo que Biondi (2000) denomina “colocar hífen”, ou seja, em uma tentativa de afirmação de outras identidades, anteriormente, não visíveis ou reconhecidas dentro do movimento, muitas mulheres passaram, então, a identificar-se como “*feminista-negra*”, “*feminista-lésbica*”, “*feminista-proletária*”. Essa iniciativa representou a introdução de novas questões e a legitimação de identidades que precisavam ser contempladas dentro do movimento.

No Brasil esse processo inicia-se nos anos de 1980 e intensifica-se na década seguinte, em especial com as mulheres negras e lésbicas. Assim como aconteceu em boa parte da América Latina, se tornaram novos desafios para o feminismo estimular o reconhecimento da diferença e do conflito na prática política do movimento, reconhecer o exercício do poder no seu interior e admiti-lo como recurso de transformação (LAMAS, 2000).

Nota-se que, mesmo que muitas jovens participassem, ou talvez por representarem boa parte das militantes naquele momento, não havia o reconhecimento da identidade “feminista-jovem” e

¹ Esse trabalho faz parte da dissertação de mesmo título, disponível em < http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/index.php?option=com_content&task=view&id=525&Itemid=26 >

² Mestre em Educação e pesquisadora do Observatório Jovem do Rio de Janeiro/ UFF.



que sequer havia essa demanda. Então, até a última década não era possível se falar nessa múltipla identidade, pois, de acordo com Melucci (2004:44), é difícil falar de identidade de um grupo (ou indivíduo), se não há *delimitação desse sujeito em relação aos outros, a capacidade de reconhecer-se e ser reconhecido e continuidade do sujeito, independentemente das variações no tempo e das adaptações ao ambiente.*

No Brasil, as questões referentes à condição juvenil adquiriram maior relevância somente nos últimos dez anos, o que contribuiu para que os debates sobre juventude ganhassem visibilidade envolvendo diversos atores e arenas públicas e se revertissem em políticas públicas voltadas especificamente para este segmento.

Esse maior reconhecimento e legitimação na cena pública vem demandando formas de participação ligadas ao exercício de uma cidadania especificamente juvenil, nas quais os(as) jovens começam a se reconhecer e a pressionar para serem reconhecidos(as) pela sociedade com seus direitos e interesses específicos. Certamente, esse novo contexto contribuiu para o empoderamento e valorização da identidade juvenil também no interior dos movimentos sociais.

Segundo Bourdieu (2004: 204), os(as) jovens são “*aqueles que chegam ao campo sem capital*”, ou, de outra forma, sem os atributos valorizados pela maioria dos grupos. No feminismo não é diferente. Ainda que vistas como uma possibilidade de continuidade do legado do movimento, são frequentemente colocadas na condição de herdeiras, condição que se alteraria somente pela ausência das “feministas históricas”.

Em uma relação permeada pela desconfiança da inexperiência, as jovens militantes não possuem uma longa vivência ou um profundo conhecimento do movimento, nem representam instituições ou têm títulos que as legitimem. E, mesmo que possuíssem, dificilmente seriam suficientes para disputar com aquelas que têm décadas de militância. Assim, as relações de poder nesse campo são bastante desiguais, o que torna a inserção dessas jovens no movimento um desafio ainda maior.

Pasini e Pontes (2004), por exemplo, relatam um encontro com as Jovens Feministas de São Paulo onde estas explicitavam a dificuldade de conquistar um espaço de respeito por suas falas e decisões junto aos movimentos feministas já consolidados. Esta lógica de subordinação geracional também é identificada pelos autores na vivência das participantes do projeto Jovens Multiplicadoras de Cidadania, desenvolvido pela ONG Themis, em Porto Alegre (RS).

A dimensão do crescimento dessa participação no movimento feminista nos últimos tempos pode ser avaliada por meio da proporção de jovens presentes no 10º Encontro Feminista Latino-



Americano e do Caribe (EFLAC), ocorrido em outubro de 2005, no qual 25% das participantes eram mulheres com menos de 30 anos e o tema juventude teve considerável destaque, sendo considerado um marco na história dos encontros. Esse Encontro foi uma oportunidade de diálogo entre as jovens, principalmente no Fórum de Mulheres Jovens Feministas, que, por sua vez, impulsionou a criação de uma atividade chamada *Diálogo Intergeneracional*, que não estava prevista.

Outra expressão, mais recente, desse engajamento é a realização do I Encontro Nacional de Jovens Feministas, ocorrido em março de 2008, no Ceará, contando com a participação de mais de 100 jovens feministas de vários estados do país³. O evento possibilitou uma reflexão sobre a condição da jovem mulher e suas principais demandas em cada região, a articulação dessa identidade com outras identidades, principalmente racial e de orientação sexual, a discussão sobre políticas públicas para jovens mulheres e dele resultou a criação oficial da Articulação Brasileira de Jovens Feministas (ABJF).

As jovens entrevistadas

Para essa investigação foram entrevistadas quatro jovens feministas com atuação no Rio de Janeiro. Para melhor compreender o percurso até o feminismo, todas foram convidadas a contar sobre suas vidas de modo que fosse possível acumular elementos de análise sobre suas trajetórias de jovens e militantes.

*Alexandra*⁴ tinha 26 anos e era militante da Marcha Mundial das Mulheres na época da entrevista. Morava com a mãe e o irmão mais novo. O pai morava em outro lugar. Convidada a declarar seu pertencimento racial e orientação sexual, identificou-se como bissexual e parda. Sobre sua religião, afirmou-se atéia, assim como seu pai e sua mãe se disseram por muito tempo, mas recentemente a mãe tinha se aproximado do espiritismo e o pai do catolicismo.

Fez magistério em uma escola privada, começou a faculdade de Direito em uma instituição privada, mas não terminou, e concluiu História em uma universidade federal, onde foi bolsista de extensão e de iniciação científica. Formada, foi trabalhar em uma ONG que discutia políticas econômicas alternativas, em um projeto de formação voltado para mulheres, e no período da entrevista trabalhava como assessora de uma central sindical.

³ Esse se constitui como número relevante uma vez que houve pouco apoio financeiro para a realização do encontro, que foi adiado várias vezes, e as próprias jovens tiveram que arcar com suas despesas de transporte.

⁴ Com fins de preservar a identidade das entrevistadas, os nomes aqui utilizados são fictícios e foram escolhidos em homenagem a mulheres que são referências do feminismo internacional: Alexandra Kollontai, Angela Davis, Betty Friedan, Olympe de Gouges.



Betty era militante da Articulação de Mulheres Brasileiras, tinha 28 anos, se declarou afrodescendente e homossexual, morava sozinha. Eventualmente dividia apartamento com algum(a) estrangeiro(a) para ajudar a pagar as contas. De formação evangélica, modo como seu pai e sua mãe se identificavam, apesar de não freqüentarem nenhuma igreja. Já foi espírita e na época da entrevista afirmava sentir falta, mas não conseguir ter religião, por não ser permitido questionamentos. Família composta por mãe, economista e caracterizada por Betty como muito controladora, pai e irmão mais novo.

Estudou em escola pública federal e, apesar de desejar cursar Filosofia, fez uma faculdade privada de Direito, por pressão da família. Durante a faculdade fez estágio em uma favela através de uma ONG e em uma multinacional, mais uma vez por pressão da família. Trabalhou em ONGs voltadas para os direitos humanos e feministas e, no período da entrevista, estava em projetos voltados para lideranças comunitárias sobre gênero, em ONGs e no governo estadual.

Olympe estava em um período de crise em relação à sua militância na Marcha Mundial das Mulheres, tinha 22 anos, identificava-se como negra e homossexual, morava sozinha. De formação católica, depois de visitar várias religiões, chegou a conclusão que não acreditava em nada daquilo, acreditava nos seres humanos, apesar de, segundo ela, “*serem aqueles que mais te decepcionam*”. Família composta por pai (pintor), mãe (doméstica), duas irmãs mais velhas e um irmão caçula, além de dois irmãos por parte de pai. Apresenta na família histórico de violência do pai contra a mãe.

Até poucos anos atrás morava na zona oeste do Rio de Janeiro, onde completou sua escolaridade básica em escola pública, fazendo magistério. Durante o ensino médio trabalhou como professora, babá dos sobrinhos(as) e irmão, ajudante da mãe nas faxinas e panfleteira. Depois de alguns anos sem estudar, freqüentou um pré-vestibular comunitário. No período da entrevista cursava o primeiro ano da faculdade de Letras em uma universidade federal e trabalhava há alguns anos em uma ONG feminista.

Angela não participava de nenhuma das duas articulações em foco nesse estudo, era membro de um coletivo de mulheres negras formado por ativistas de diversas áreas, que se propunha a produzir materiais para ampliar o alcance dos saberes produzidos pelos movimentos sociais junto a outras mulheres. Na época da entrevista morava sozinha, tinha 25 anos, declarou-se negra, candomblecista e homossexual. Filha única de mãe (securitária e católica), tinha seis irmãos por parte de pai (advogado e racionalista cristão), separados desde que a entrevistada tinha 10 anos.



Foi bolsista em uma escola privada, fez faculdade de Comunicação, também em uma instituição privada. Fez vários estágios ao longo da faculdade, a maior parte voltada para a questão racial. Atualmente é consultora de uma ONG em projetos voltados para juventude negra e faz outros trabalhos pontuais.

As jovens entrevistadas encontravam-se entre os 22 e os 28 anos. Todas trabalhavam e/ou já havia trabalhado em ONGs, sendo que Olympe foi também beneficiária de uma delas. Três moravam sozinhas na cidade do Rio de Janeiro, a única que morava com a mãe e o irmão, afirmou que o que mais gostaria de mudar imediatamente na sua vida seria passar a morar sozinha.

Nenhuma delas tinha filho ou filha, nem quando provocadas a se imaginarem daqui a dez anos fizeram referência ao tema ou a casamento. Olympe, a única a quem foi feita uma pergunta diretamente sobre isso, responde que não pretende tê-los(as). Todas parecem estar mais voltadas nesse momento para a vida de militância e/ou profissional, ainda que com perspectivas diferentes.

Alexandra e Angela não estavam estudando, mas manifestaram desejo de fazê-lo como investimento na vida profissional. Apenas Olympe permanecia estudando, também foi a única a relatar o acesso à universidade como um desafio. Ao manifestar este desejo, sua família a chamava de “sonhadora”, pois até então esta não era uma realidade para nenhum de seus membros.

Perguntada sobre seu pertencimento racial, Angela e Olympe identificaram-se como negras, utilizando nomenclatura com grande teor político, adotada a partir da década de 1970 pelo movimento negro. Em outros momentos da conversa ambas voltaram a fazer referências a esse pertencimento. A primeira tem uma militância voltada para a questão racial, à qual é sensível desde a adolescência, apesar de só ter começado a militar efetivamente em 2005. A discussão racial inclusive é muito mais presente e elaborada na sua fala do que o feminismo, até porque essa é uma aproximação bastante recente e realizada através feminismo negro. A segunda, apesar de não ter uma militância racial específica, tem consciência de que *“eu tenho problema pra essa sociedade porque eu sou preta”*.

Registra-se a diferença entre a presença da questão racial nas entrevistas de Olympe e Clara em relação àquelas das outras duas jovens, que só abordaram o tema em resposta ao pedido de auto-classificação. Para Olympe e Clara as marcas identificáveis de pertencimento são aparentes, ambas possuem a pele mais escura e cabelos mais crespos.

Já Betty se identifica como afro-descendente, pois seus avós maternos eram negros, e Alexandra se diz parda, *“porque no Brasil todo mundo é meio pardo”*, expressando a noção adotada pelo senso comum pautada na idéia de miscigenação. Apesar disso, mostram-se consciente das



desigualdades raciais demonstrando que tais temáticas se entrecruzam uma vez que Alexandra conclui “*mas não sofro opressão étnico racial, obviamente*”.

Outro aspecto comum às quatro jovens é a importância da socialização no núcleo familiar. Neste contexto destaca-se a relação com a figura materna, por diferentes motivos, em dois casos tendo impacto direto na identificação dessas com o feminismo. Olympe afirma sem titubear que um fator determinante para seu engajamento no movimento foi a situação vivida pela sua mãe em casa: pela imobilidade dela, por se manter em uma situação de violência doméstica, por “*acreditar que aquele era o papel dela, de abrir mão da sua felicidade pra dar uma falsa felicidade, que para ela seria para os filhos e para o marido*”, por sua vez lembra que o feminismo a ajudou a compreender sua mãe.

Na entrevista de Betty, a relação com a mãe, definida pela jovem como “*extremamente dominadora*”, também é um aspecto muito forte da sua identificação com o feminismo, através do qual aprendeu a ter um pensamento crítico, a se posicionar e a confrontar, seguindo no sentido oposto ao que lhe fora ensinado em casa. Em diversos momentos ao longo da entrevista Betty faz referência a sua mãe: impedindo de fazer a faculdade de Filosofia desejada, pressionando para fazer um “*estágio normal*”, ou seja, um estágio em uma empresa que pagasse bem, no discurso de aceitação de uma relação amorosa que Betty considerava doentia, e que ao se aproximar do feminismo consegue identificar como machista, entre outros.

No caso da Angela, tanto a mãe quanto o pai aparecem como importantes na sua vida, mas a segunda traz a dimensão do apoio apesar da discordância, o que fica explicitado na reação à escolha religiosa da jovem. Apesar de não educarem Angela em nenhuma religião para que ela pudesse escolher livremente e quando desejasse, ambos discordaram da sua opção pelo Candomblé. Até o dia da entrevista, passados dois anos e meio desde a comunicação da sua escolha, o pai não falava com ela como forma de repúdio. Já a mãe, mesmo não concordando, veio de Minas Gerais, onde mora, para dar a assistência que ela precisava quando voltou do seu ritual de iniciação religiosa.

Nenhuma das jovens entrevistadas tem histórico de engajamento político na família. A que chega mais próximo disso é Alexandra, pai e mãe sempre votaram no PT, mas só recentemente se filiaram e por causa dela.

Alexandra começa a participar de organizações coletivas na universidade privada, em um primeiro momento devido a problemas com um professor, que na época foi apoiado pelo centro acadêmico (CA). Depois desse episódio entrou em uma chapa para concorrer à direção do mesmo CA, mas no processo descobriu que a pessoa que liderava o grupo era da União da Juventude



Socialista (UJS), que até então ela um grupo não conhecia, mas que logo descobriu ser vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e não gostou.

Mesmo depois dessa experiência, manteve contato com pessoas do movimento estudantil das duas universidades em que estava, até que na campanha eleitoral de 2002 resolveu filiar-se ao PT e no ano seguinte à tendência interna Democracia Socialista (DS).

Quanto à aproximação ao movimento feminista, Alexandra relata um episódio de sua vida escolar em que reagiu duramente a uma piada machista contada por um professor e o recorte de gênero que várias vezes fez nos seus trabalhos acadêmicos. Como primeira aproximação com o movimento, registra o contato que teve com a Marcha no Fórum Social Mundial de 2002, em Porto Alegre, onde a barraca desta articulação chamou sua atenção; mas só depois de um segundo contato, na edição 2003 do mesmo Fórum, que no retorno ao Rio de Janeiro, ela começou a participar efetivamente, ou seja, na mesma época em que estava entrando para a DS.

Já Olympe identifica como primeiro espaço organizado de que participou as oficinas realizadas na sua escola pelo Núcleo de Juventude da ONG em trabalhava na época da entrevista, do qual se tornou multiplicadora e, posteriormente membro da equipe. Através do mesmo Núcleo, começou a participar de atividades mais amplas como aquelas de uma rede de organizações e movimentos de juventude e do movimento feminista, ao longo desse percurso, lembra ela, seu entendimento e engajamento foi crescendo.

Perguntada sobre “como virou uma feminista”, Olympe resume destacando alguns episódios da sua vida:

As oportunidades que você tem, onde você se insere, o que te toca. A minha vida inteira foi porrada (sic) porque eu era mulher, cara. Era porrada (sic) de pai batendo em mãe, de pai batendo na gente, pai não deixando a gente namorar, porque achava que tinha cinco mulheres e não uma só, porque as outras eram filhas, depois estupro, depois aborto. Caralho (sic), o problema é com mulher.

Angela, apesar de sempre ter buscado estágios voltados para a questão racial, considera que não estava organizada em nenhum movimento até 2005. Durante seu último estágio, numa ONG do Rio de Janeiro, teve mais informações sobre movimentos sociais, atuação política, fundamentou conceitualmente sua identidade racial, conheceu lideranças do movimento negro e como esse se constituía no Rio e no país.

Foi também através dessa instituição que ela teve seu primeiro contato com o feminismo, quando foi fazer a cobertura jornalística de uma atividade do Fórum Nacional de Mulheres Negras, em São Paulo. Quando voltou, até por conta da matéria, teve que buscar mais informações sobre feminismo negro e começou a se interessar pelo assunto. Em São Paulo conversou com uma feminista negra, que coordenava uma ONG de mulheres negras no Rio de Janeiro, que ela passou a



freqüentar a partir de então. Depois teve que fazer algum outro trabalho sobre uma campanha das Católicas pelo Direito de Decidir e começou a entrevistar algumas pessoas e a ter contato com “*esse outro lado mais global do feminismo*”.

Mas Angela só começou a assumir a identidade feminista, a incorporar esses conceitos e essas práticas no seu cotidiano, quando participou da capacitação das Jovens Feministas de São Paulo, onde conheceu jovens de outros estados, que tinham essa discussão mais sistematizada.

Já Betty relata que desde o segundo grau fazia trabalhos voluntários em favelas, na faculdade não havia nenhum tipo de movimento, mas logo no primeiro período soube por um amigo de um projeto desenvolvido por uma ONG que funcionava em favelas do Rio de Janeiro ao qual se ofereceu para ajudar e trabalhou por dois anos. Por pressão familiar passou um ano e meio em um estágio em uma multinacional, mas voltou às ONGs em projetos pontuais no campo dos direitos humanos. Entre eles, fez uma consultoria como advogada em projeto voltado para jovens mulheres e homens do hip hop que tinha como proposta construir um CD sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, promovido por uma ONG feminista, vinculada à AMB, através da qual se aproxima mais das questões de gênero.

Betty atuou em outro projeto da mesma instituição, dirigido a professoras de primeiro e segundo graus de escolas públicas do interior do estado do Rio de Janeiro, mas, segundo ela, “*a ficha caiu*” somente trabalhando na construção de outro CD, dessa vez sobre violência contra mulher. Segundo ela, as histórias eram muito comoventes, de luta das mulheres com a questão da violência, as letras de músicas que saíram eram verdadeiros relatos de vida, relatos de discriminação e preconceito que as mulheres sofrem.

A mesma jovem afirma ter percebido naquele momento que era feminista, não daquele feminismo de “queimar sutiã” que vendiam para ela, mas que sua trajetória era marcada pelo feminismo, desde a época em que trabalhou em favela, porque ela já havia desenvolvido uma identidade em defesa dos direitos das mulheres.

As falas evidenciam o papel das ONGs na aproximação e formação dessas novas militantes ao movimento, uma vez que apenas Alexandra se aproximou dele de outra forma, através da militância no movimento estudantil e partidário, embora depois tenha trabalhado em um projeto voltado para mulheres de uma ONG.

Merece destaque igualmente a constatação que nenhuma entrevistada chegou diretamente ao feminismo: passaram antes por outros movimentos, tais como o estudantil, o negro ou de direitos humanos, ou por um projeto onde este viés não estava tão explícito, mesmo que executado por uma



ONG feminista. Esta constatação, associado ao fato delas não deixarem seu movimento de origem para militar no feminismo, indica também que as jovens, assim como as adultas, estão vinculadas a diferentes redes e filiações, o que favorece a circulação de informações e, em alguma medida, também o contato com outras causas e lutas.

Possivelmente, essa aproximação através de outras formas de organização seja reflexo da imagem que as mesmas tinham do movimento antes de conhecê-lo, quando algumas compartilhavam alguns dos já comentados estigmas associados ao feminismo pelo senso comum. Por exemplo, Angela achava que as feministas eram *“um monte de mulheres malucas, que não gostam de homem, que querem ser homens”*, Betty também assume que *“via com todos os estigmas que todo mundo vê, que as feministas eram todas lésbicas, que queriam ser homens”*, sua primeira surpresa foi ver uma ONG feminista desenvolvendo um projeto para homens e mulheres, no caso, o CD sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Olympe não lembra o que achava, mas sabe que na primeira manifestação em que foi ficou chocada com o fato dos homens não poderem falar no microfone e com a defesa da legalização do aborto. Em outro momento, dessa vez de formação, teve dificuldades com a Campanha de Valorização do Salário Mínimo, que propunha triplicar seu valor em quatro anos, ela não compreendia e, mais do que isso, não acreditava que aquilo fosse possível.

Perguntadas se o feminismo mudou algo na vida delas, Betty cita o desenvolvimento de um pensamento crítico e o fato de com as feministas ter aprendido a confrontar, diferente do tipo calada e comportada pregado por sua mãe; Angela refere-se à necessidade de se posicionar e ter argumentação para desconstruir valores e práticas machistas; Alexandra se sente mais forte e tranqüila para entrar nas discussões. Olympe fala da mudança no seu posicionamento em relação à sociedade, relata que suas amigas dizem que ela está sempre pronta para fazer um discurso, o que justifica revelando que o tempo todo se sente instigada pela formação que teve, porém destaca que tudo isso tem que estar associado à mudança das práticas cotidianas, o que, segundo ela, é o principal motivo das suas crises.

Enfim, todas fazem referência a um fortalecimento político no feminismo, processo que em princípio poderia ter acontecido em outros espaços de militância, por exemplo, nos seus grupos de origem. Essas respostas provocam uma nova questão, que não foi feita nessa investigação: que lugar essas jovens ocupavam nos outros movimentos/ instituições pelos quais passaram?

Outro aspecto lembrado por três das entrevistadas refere-se a mudanças nos relacionamentos afetivos. Conforme afirma Betty, essa forma diferente de ser relacionar causa até um certo medo



nos homens que se aproximam. No caso de Alexandra, sua adesão ao feminismo influenciou também sua identidade sexual, na entrevista ela se identificou como bissexual.

Além dessas, foram apresentadas outras mudanças nas suas vidas que são atribuídas por elas à experiência feminista. Olympe cita o fato de ser a primeira pessoa da sua família a entrar na universidade, quando falava desse desejo em casa era considerada “a sonhadora”, situação que pode ser melhor compreendida considerando a interseccionalidade dos eixos de subordinação de gênero, raça e classe a que a jovem está sujeita e que exercem influência sobre seus projetos futuros.

Betty fala de uma maior possibilidade de tomar decisões e cita como exemplos a escolha de morar sozinha e do trabalho que deseja, no caso “*alguma coisa [trabalho] relacionada aos direitos da mulher, por conta do feminismo*”. Já Alexandra faz referência à mudança na divisão das tarefas domésticas com seu irmão e o “*ser mais libertária comigo*”, dando como exemplo o desprendimento em relação à moda.

Olympe, ao longo da sua entrevista, destaca o fato de sentir mais necessidade de reafirmar seu feminismo em espaços mistos, por exemplo, na relação com outros movimentos.

(...) quando a gente está com tanta luta, durante tanto tempo, um vizinho, movimentos que fazem luta juntos e os caras continuam nessa [práticas machistas]. Não sei se teve alguma vez em que falei “ah, agora eu sou feminista”, mas é cotidiano, tem várias coisas que você fala: “ah, é necessário ser feminista”.

Das quatro entrevistadas, apenas Alexandra demonstrou não identificação como jovem feminista e não reconhecimento da necessidade de pautas e espaços específicos. Ela assume que questões como autonomia econômica, mercantilização do corpo e da vida das mulheres ou aborto “*são mais acentuadas na juventude*”, mas não consegue ver nada que seja exclusivo da juventude, postura esta defendida também pela Marcha, articulação da qual Alexandra faz parte.

As outras jovens entrevistadas concordam com a necessidade de espaços específicos dentro do movimento, o que é justificado de diversas formas: poder falar entre iguais (Angela), abrir espaço para novas mentalidades (Betty), potencializar a participação da juventude (Olympe).

Embora não seja um consenso, observando o movimento é possível identificar que em todo o país vêm sendo formados inúmeros núcleos de juventude vinculados a instituições feministas⁵, coletivos estaduais, redes regionais e nacionais de jovens feministas, o que revela que essa tem sido uma estratégia frequentemente utilizada. Aparentemente, esse caminho também tem sido adotado pelas jovens mulheres que atuam em movimentos juvenis, mas nesse contexto tentando superar as discriminações de gênero, como acontece, por exemplo, no hip hop (SOUZA, 2006). A prática de

⁵ Nesse caso é possível que a disponibilidade de recursos da cooperação internacional para ações voltadas para juventude também tenha influenciado.



criação de espaços específicos de mulheres foi muito utilizado pelas feministas há algumas décadas, o que pode ser verificado nos partidos políticos com seus setoriais de mulheres, lá também como estratégia de fortalecimento. (TEIXEIRA, 1991)

Ao falar de pautas específicas, Olympe cita a violência sexual, que, segundo ela, atinge mais as jovens e não recebe do movimento a devida importância; a abordagem governamental de questões como gravidez na adolescência e aborto, onde se dirigem às jovens como inconscientes e descuidadas, como se só quisessem saber de bagunça; o fato de estarem mais sujeitas ao “assédio na rua” e aos assédios moral e sexual no trabalho. Convidada a identificar as pautas que considerava prioritárias, Olympe listou: políticas de saúde que atendam às especificidades desse segmento, acesso e permanência à educação e acesso e garantia de trabalho digno.

Betty lembra que o recorte geracional não fazia parte das reivindicações feministas:

Tem a coisa que a gente traz que é a própria questão geracional, que não fazia parte das discussões, das questões das feministas mais antigas. Eu acho que elas deviam pautar inclusive pra elas a questão geracional, de serem mais velhas e tudo. Então, isso não era uma pauta, isso não vinha nas Conferências, nenhuma, nem nas Conferências de Direitos Humanos e nas de Mulheres, a questão geracional nunca era trazida, como é o tratamento pras jovens, a própria questão dos direitos sexuais e reprodutivos era muito pensada sem pensar nas jovens. Juridicamente falando, sem pensar nas mulheres que eram menores de 18 anos. Então, como é essa discussão dos direitos sexuais e reprodutivos pra jovens e adolescentes que são menores de 18 anos. Essas discussões não eram pautadas, a gente traz a questão geracional para questões que são próprias das mulheres, que tem nuances quando a gente está falando de juventude, quando a gente está falando de pessoas que ainda moram com os pais.

No caso das Conferências de Mulheres a situação já começou a mudar. Comparando o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) com o II Plano (2008), resultados da I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, respectivamente, fica evidente o quanto as questões geracionais ganharam destaque nos últimos anos. Praticamente inexistente no primeiro documento, no segundo aparece como um capítulo específico denominado “*Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas*”, além das várias referências à questão ao longo do documento como um todo.

Apesar desses documentos terem sido produzidos por coletivos muito mais amplos do que o movimento feminista, esta conquista é bastante representativa do avanço nacional das articulações políticas construídas pelas jovens feministas nos últimos anos. Nesse sentido, destaca-se a atuação da ABJF, que começou a se constituir em 2005, e teve importante atuação na II Conferência; assim como, as reuniões do Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil realizadas em preparação às duas Conferências Nacionais.



À Angela, que por várias vezes reiterou a necessidade de um recorte racial dentro do segmento em foco nesse estudo, foi perguntado primeiro sobre as pautas específicas das jovens negras, ao que respondeu que para as jovens feministas negras,

(...) a gente discute as bandeiras do movimento de mulheres negras, a questão do acesso à saúde; o aborto, pois quem sofre mais a questão dos abortos ilegais são as mulheres negras, sobretudo as jovens negras; então acaba sendo focada nessa área da saúde; aí se discute a questão da desigualdade de renda, o acesso ao mercado de trabalho. Então são mais as pautas que tangem às mulheres negras e a gente acaba fazendo esse recorte geracional.

Provocada a identificar quais seriam as questões prioritárias das jovens negras na compreensão dela, foram escolhidos o aborto, a violência e o mercado de trabalho. Ampliando para as jovens em geral, Angela vê coincidência entre as pautas das jovens negras com as demais jovens, mas com ressalvas em relação ao ingresso no mercado de trabalho, sobre o qual faz uma breve análise com recorte racial.

Eu acho que aborto e violência acaba sendo a prioridade das jovens também. Agora sobre mercado de trabalho, as brancas defendem isso numa outra perspectiva, sobre melhores salários, melhores oportunidades. Nós discutimos abrir vagas para a gente, porque a gente ainda não chegou lá. Elas de alguma forma estão lá, mas estão ganhando menos ou num escalão inferior. A gente ainda não está lá, não consegue nem entrar. É o mesmo temário, mas a abordagem é outra.

Em outro momento, Angela também destaca a importância das jovens assumirem discussões como o turismo sexual, que segundo ela não tem a devida atenção por parte das organizações das feministas adultas.

Por fim, pelas pautas apresentadas fica evidente que mais do que novas questões, muitas vezes o que as jovens feministas reivindicam é o recorte geracional de pautas já existentes, assim como mais atenção a temas cujo impacto maior se dá na juventude, como a violência e o turismo sexuais. Nesse contexto, destaca-se a legalização do aborto, que já havia sido eleita a pauta prioritária no ENJF e que foi o único item citado por todas as jovens entrevistadas e, diretamente, por uma das adultas.

É curioso notar que as quatro jovens feministas do Rio de Janeiro não citam as relações intra-movimento como prioritárias, embora Olympe, ao longo da entrevista tenha se referido algumas vezes a essa questão. Esta ausência apresenta algumas questões para reflexão, uma vez que é uma das principais questões das jovens no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe.

Mais recentemente e em âmbito nacional, na “Carta de Princípios das ABJF” é explicitado por várias vezes seu caráter “*não adultocêntrico*”, seu compromisso com “*a eliminação das desigualdades geracionais*” e o combate às “*opressões geracionais*”.

É possível sugerir que a questão geracional não se apresente como prioridade entre as entrevistadas pelo fato das jovens feministas do Rio de Janeiro ainda não terem se constituído como



um sujeito coletivo dentro do movimento local, com exceção de alguns episódios pontuais⁶. Este caminho interpretativo pode ser reforçado considerando que Olympe, a única a fazer várias referências à questão, é também a única a participar de um grupo específico de jovens feministas, com reuniões e atividades sistemáticas.

Ela cita como exemplo a experiência de coordenar, junto com outra jovem, um ônibus de mulheres a caminho de um evento organizado por diversos movimentos sociais em Brasília. Havia outros sete ônibus e todos(as) os(as) passageiros(as) passaram pelos mesmos problemas, como banheiros entupidos e comida estragada, questões que estavam além do alcance da coordenação de um dos ônibus. Na volta, várias mulheres foram na ONG onde Olympe trabalhava reclamar porque colocaram duas jovens naquela função.

Uma situação semelhante foi descrita por Pasini e Pontes (2007), ao relatarem que quando uma das Jovens Multiplicadoras de Cidadania foi coordenadora da mesa de abertura da III Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Porto Alegre, algumas pessoas reclamaram do fato dela ocupar aquele lugar. Citam ainda a forma pejorativa como, por vezes, a mesma jovem era tratada no cotidiano de participação no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, assim como a pouca atenção destinada às suas intervenções.

Referências Bibliográficas

- BIONDI, Liz. Focalizar as Políticas de Identidade. In: *Cidadania e Feminismo*. São Paulo: sem editora, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LAMAS, Marta. La radicalización democrática feminista. In: ARDITI, Benjamin. *El reverso de la diferencia: identidad y política*. Caracas: Nueva Sociedad, 2000.
- MELUCCI, Alberto. *O Jogo do Eu*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- PASINI, Elisiane e PONTES, João Paulo. *Jovens Multiplicadoras de Cidadania construindo outra história*. Porto Alegre: Themis, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. *Em busca da auto-estima: interseções entre gênero, raça e classe na trajetória do grupo Melanina*. Dissertação de Mestrado. Orientação: Regina Reyes Novaes. PPGSA/ IFCS/ UFRJ, 2006.

⁶ Por exemplo, no processo da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, por exemplo, as jovens feministas da cidade do Rio de Janeiro se articularam em prol de uma representação juvenil para as conferências estadual e nacional.



TEIXEIRA, Carla Costa. *O Mundo das Mulheres: uma investigação sobre o movimento feminista no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Orientação: Gilberto Velho. PPGAS/ MN/ UFRJ, 1991.